

AGRICULTURA PAULISTA: DO COMPLEXO CAFEIEIRO AOS COMPLEXOS AGRO INDUSTRIAIS.

Resumo

O presente artigo está baseado num trabalho de reconstituição histórico-econômica da atividade agrícola paulista, a partir de fontes bibliográficas, dados estatísticos censitários, recuperação e homogeneização de estatísticas de órgãos estaduais ligados à atividade agrícola paulista de 1920 a 1990.

São analisados os principais elementos que, segundo nossa visão, explicam a evolução da agricultura paulista, tendo como referencial teórico sua transformação desde o complexo cafeeiro (1920 a 1960) até a formação e consolidação dos complexos agro-industriais (1960 a 1990).

O complexo cafeeiro paulista caracterizou-se pela predominância da utilização de mão-de-obra assalariada, agricultura produtora de alimentos e matérias-primas dentro e fora da propriedade cafeeira; atividade industrial para o café e manufatureira em geral; implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário; expansão do sistema bancário; atividade exportadora e importadora; desenvolvimento de atividades criadoras de infra-estrutura (portos, estradas, armazéns, etc.) e urbanas; as atividades do Estado (federal e local) e o gasto público. É importante esclarecer que junto com o complexo cafeeiro, no Estado de São Paulo, já se processava em forma de cadeia produtiva a cana de açúcar e o algodão.

As atividades agrícolas e urbano industriais, as quais vão se desenvolvendo e transformando dentro e fora do complexo cafeeiro desembocaram, em meados dos anos 1960, num novo processo de modernização que atingiu a sua fase mais avançada, a integração da agricultura com a indústria, não só em São Paulo mas no território brasileiro.

No período de 1920 a 1960, São Paulo que já tinha uma agropecuária diversificada, e o café como principal produto, começou a mudar essa característica, nos anos 60, substituindo gradualmente a cafeicultura. É importante esclarecer que esse movimento se impunha tanto à agricultura capitalista quanto ao sentido geral das transformações econômicas geradas pela mudança do centro dinâmico para o setor industrial. Não houve, conforme veremos a seguir, uma ruptura na estrutura produtiva agropecuária no interior desse processo.¹

A geração de capacidade para importar foi diminuindo, nesse período, sua dependência elevada em relação ao café. A produção e a transformação de matérias-primas agrícolas começaram a ganhar força e, conseqüentemente, as agroindústrias aceleraram sua expansão.

Entendemos que a agricultura paulista, a mais importante do Brasil, foi o local privilegiado de desenvolvimento desse processo e onde se encontram as relações capitalista mais avançadas dentro da produção agro-industrial. Como conseqüência dos efeitos desse desenvolvimento, o interior do Estado de São Paulo, embora de forma não homogênea, se transformou num dos mais importantes pólos capitalistas dentro do Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto da urbanização.

¹ O conjunto territorial formado pelas regiões (Diras) Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba era o espaço, em 1920, onde se concentravam as atividades econômicas mais importantes e dinâmicas. Nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba estavam as atividades agrícolas mais significativas do ponto de vista dos produtos e valor da produção, bem como das máquinas e equipamentos agrícolas, com a melhor infra-estrutura de transportes e diversificação dos investimentos urbanos. O Oeste Pioneiro estava dominado em grande parte pela mata virgem. Esta era rasgada em diversos pontos pelas ferrovias e clareiras onde pontuavam os pequenos núcleos populacionais e as fazendas. Os cafezais apenas começavam a aparecer. A área cultivada em São Paulo passou de 2,1 milhões de há, em 1920, para 4,8 milhões de ha em 1959. Em 1920, a área com café correspondia a quase 50% da área cultivada e o restante dividido entre oito produtos mais importantes. Em 1959, cerca de 1,4 milhão de ha da área cultivada era de café, e 3,4 milhões de ha eram cultivados com dezesseis produtos mais importantes estatisticamente. (ver tabela no.1)

Pode-se afirmar que, até a metade do presente século, a transformação da produção, a elevação da produtividade, não somente a física, mas também a produtividade econômica e social, a formação de contingente populacional usado como reserva de mão-de-obra e a modernização da agricultura paulista se desenvolveram sustentadas nas seguintes variáveis, as quais julgamos as mais importantes do ponto de vista da sua dinâmica (entendemos por produtividade econômica a viabilização, através da competitividade, da integração da agricultura ao comércio internacional de produtos agrícolas e a modernização e industrialização dos produtos agrícolas; e por produtividade social a geração de novos e melhores empregos tanto rurais quanto urbanos, maior oferta e menor preços dos produtos agro-industriais e avanço no bem estar social da população):

- a visão empresarial de parte dos grandes agricultores que investiram em outros setores da atividade econômica como bancos, comércio, transportes, eletricidade, etc. (várias famílias de cafeicultores tradicionais investiram em atividades bancárias, industriais, comerciais e transportes em São Paulo);

- a diversificação da produção agrícola comercial com o café, cana-de-açúcar, algodão, laranja, soja, pecuária, entre outras, explicadas pela ligação e sustentação destas atividades agrícolas no comércio internacional e arroz, milho, feijão, voltadas para o abastecimento interno em função do aumento da urbanização, por exemplo;

- o uso da ciência, através dos programas de pesquisas dos Institutos estaduais voltados à solução de problemas com pragas, doenças, tratos culturais, etc. O desenvolvimento da pesquisa e da educação voltadas para agricultura deram importantes contribuições para a melhoria da cultura do café, cana de açúcar, laranja, algodão e de vários outros produtos em São Paulo;^(2)

- investimentos em meios de transportes modernos, principalmente a ferrovia e rodovia; (em 1928, São Paulo possuía 7 mil quilômetros de ferrovias, ou 21% do total do Brasil e cerca de 2800 quilômetros de rodovias de um total de 113 mil quilômetros existentes no país. Em 1969 as ferrovias somavam 5650 quilômetros, cerca de 18% do total brasileiro e as rodovias 170 mil quilômetros sendo 17 mil pavimentadas.)

- a pressão dos agricultores para adoção de políticas de valorização e defesa da atividade agrícola. As políticas para alguns produtos importantes como resultado dessas pressões foram, por exemplo, a criação de programas e órgãos de defesa da atividade cafeeira, canavieira (o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool) ;

- a rápida absorção pelos agricultores dos valores econômicos urbanos industriais; a mecanização da lavoura aumentando a produtividade do trabalho e o rendimento da terra, o aumento da produtividade econômica da agricultura, aproximando-a da indústria, são bons exemplos desse comportamento;

² O Instituto Agrônomo de Campinas, criado em 1887, teve papel importantíssimo no desenvolvimento de pesquisas sobre produtos agrícolas, práticas e tratos culturais, distribuição de sementes selecionadas, entre outras atividades, possibilitando a ampliação e evolução positiva das culturas acima citadas. A Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, criada em 1900, em Piracicaba, o Instituto de Veterinária, o Instituto Biológico, criado em 1927, as inúmeras escolas técnicas municipais e o serviço itinerante de ensino agrícola, propiciaram a formação de pessoal técnico e de apoio às atividades agropecuárias. A Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1891, desenvolveu vários setores de apoio técnico (botânica, meteorologia, geologia), extensão, fomento agrícola e o importante serviço de acompanhamento estatístico. Do ponto de vista da atuação do governo do Estado de São Paulo, o apoio à agricultura se fortaleceu no período de 1930 a 1960, com o sistema de fomento e extensão. Essas atividades foram desenvolvidas através dos órgãos da Secretaria de Agricultura que atuavam na produção de sementes, assistência técnica, fiscalização dos produtos agrícolas e serviço de mecanização. A ação fomentista se desenvolvia com base nas Casas da Lavoura presentes na grande maioria dos municípios paulistas. Esse conjunto de atividades influenciou diretamente o nível de produtividade da grande maioria dos produtos da agricultura paulista.

- outro indicador da modernização técnica do setor foi a evolução das despesas dos estabelecimentos agrícolas, aqui agrupadas em três categorias: salários, insumos (inclui os fertilizantes, inseticidas, medicamentos veterinários) e outras despesas (arrendamentos, aluguel de máquinas, serviços, transportes, despesas bancárias). O montante de salários pagos, em 1940, absorvia 78,6% do total das despesas, os insumos equivaliam a 8,8% e as outras despesas representavam 12,6%. Em 1960, ocorreu o aumento das despesas com insumos para 24,1% do total, de outras despesas para 19,5%, e a redução dos pagamentos de salários para 56,4%;

- as relações de trabalho baseadas no colonato, arrendamento, parceria e utilização intensa de trabalhadores estrangeiros e depois de trabalhadores nacionais de regiões mais pobres do norte e nordeste, ou seja, a organização de ampla base de trabalhadores assalariados. A entrada de imigrantes estrangeiros, em São Paulo, em grande número até 1930, contribuiu, juntamente com as características da contratação do colonato, para a redução dos salários dos trabalhadores do café em até 50%, o que certamente ajudou a amortecer os efeitos das crises cafeeiras para os produtores. Ainda é preciso ressaltar que os fazendeiros eram bastante favorecidos com os contratos de arrendamento e parceria, pois quase não corriam riscos e diminuía bastante seus encargos administrativos, enquanto do lado dos trabalhadores essa era "uma possibilidade" de maiores ganhos e independência. Mas a realidade do arrendamento e da parceria acarretava grande instabilidade para os trabalhadores, pois os riscos da produção recaíam quase totalmente sobre eles. A mudança repentina de cultura, dívidas das safras ruins etc. provocavam grande mobilidade e as perdas conseqüentes. A incorporação da mão-de-obra estrangeira significou também a utilização do conhecimento e organização para o trabalho agrícola que ela trazia do seu país de origem. Esse conhecimento e práticas agrícolas certamente, no decorrer do tempo, ajudaram a melhorar as condições de produção e a produtividade agrícola em São Paulo.

O desenvolvimento das atividades agrícolas, industriais e urbanas, em meados dos anos 1960, se transformaram através de um novo processo de modernização atingindo sua fase mais avançada, a chamada industrialização da agricultura. Nesse processo o Estado mudou o enfoque de sua ação, dando prioridade para o financiamento e integração de capitais na agricultura; as relações de trabalho foram no sentido da proletarianização, ainda que de forma precária; e consolidou-se a integração da atividade agrícola com a agro-industrial através dos complexos agro-industriais.

Mudanças na base técnica da agricultura

A modernização da agricultura nos anos 60 (em sentido mais específico vista como a mudança na base técnica fundamentando-se na maior aplicação de insumos químicos, aumento no uso de força mecânica, além, da melhoria dos insumos biológicos, com a criação de novas variedades de plantas e raças de animais) não pode ser tomada somente como uma imposição de fora. Foi também uma necessidade da própria produção agrícola para se recompor dos desgastes provocados pelos processos e técnicas extensivas (depredadoras do meio ambiente) de uso da terra praticados, principalmente, pela ocupação cafeeira durante largos períodos e também a necessidade de elevar sua competitividade nos mercados internacionais de produtos agrícolas. Um dos efeitos disso foi a elevação da produtividade tanto da terra como da mão-de-obra, dois elementos fundamentais para a acumulação de capital no setor e no enfrentamento do processo concorrencial não havendo, portanto, uma ruptura no processo capitalista de produção mas sim uma evolução modernizadora na sua forma capitalista. Ocorreu também, nas décadas seguintes, a substituição e alterações na combinação de culturas agrícolas. Isso significou, por exemplo, a convivência entre o café, cana de açúcar e a citricultura, durante mais de duas décadas. Tempo suficiente para a formação e consolidação do complexo citrícola, que se valeu de grande parte dos elementos econômicos desenvolvidos no interior do complexo cafeeiro. Não se tratou, portanto, de simples substituição de cultura, mas de uma continuidade e adaptação produtiva das variáveis (mão-de-obra, máquinas, transporte, comercialização, crédito, conhecimento técnico, etc.) que compõem os chamados complexos agro-industriais. Esse processo foi importante nas sub-regiões de Limeira,

Araraquara, Bebedouro e São José do Rio Preto, onde se desenvolveu o complexo citrícola paulista.

A internalização do departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura, foi causa e efeito desse processo produtivo. A produção agrícola passou a constituir um elo da cadeia produtiva que gerou o chamado complexo agro-industrial. Os complexos também se efetivam a partir da implantação da indústria para a agricultura e da indústria da agricultura, ou seja, um processo de reunificação da agricultura com a indústria. A partir da consolidação dos complexos agro-industriais o desenvolvimento e transformação da agricultura passou a depender da dinâmica da indústria, interna e externa, para o suprimento dos elementos técnicos do processo produtivo agrícola. Mudanças profundas ocorrem nas relações sociais de produção intensificando a proletarianização e urbanização do trabalhador agrícola, as quais significaram a uniformização do exército industrial de reserva em São Paulo. Ocorreram também formas de combinação da exploração temporária de trabalhadores, inclusive de outras regiões do país, nas safras de cana-de-açúcar, laranja e outros produtos em São Paulo; intensificação das lutas sociais e salariais dos trabalhadores agrícolas; e a generalização da mentalidade do fazendeiro para empresário agrícola.

Devemos destacar também a atuação do Estado que se concretizou através de estímulos, incentivos e condições para o aumento e diversificação das exportações agrícolas. Após o golpe militar, entre 1964 e 1968, o governo atuou no âmbito fiscal incentivando as exportações através de isenções de impostos e da política de mini-desvalorizações cambiais. Em seguida, instituiu uma série de subsídios às exportações, tornando-as não só competitivas como também lucrativas. O governo incentivou diretamente os investimentos nos setores industriais e de comercialização voltados para o mercado externo, os quais estimularam o processamento de vários produtos agrícolas, apesar dos preços extremamente favoráveis no mercado internacional para esses produtos in natura. A diversificação da pauta de exportações de produtos agrícolas se deu basicamente na década de 1970 com a soja e seus subprodutos, carnes e suco cítrico o qual assumiu papel de destaque. O número de produtos agrícolas com valor exportado acima de 100 milhões de dólares chegou a dezesseis, nessa década, mantendo o peso relativamente alto da agricultura e agroindústria nas exportações brasileiras. O outro lado do comércio exterior, ligado à agropecuária, resultou no aumento das importações de insumos modernos que cresceram a partir de 1971, (produtos básicos para fabricação de fertilizantes, inseticidas, herbicidas e produtos veterinários). A importação de fertilizantes, por exemplo, passou de 195 mil toneladas para 496 mil entre 1960 e 1980 juntamente com a importação de alguns alimentos de consumo de massa elevado. Internamente o mercado consumidor urbano se diversificou sendo atendido por diversos complexos agro-industriais (das aves, suínos, leite). E o mais importante, o amparo financeiro do Estado, (basicamente através do Sistema Nacional do Crédito Rural - SNCR) e sua ação como estabilizador entre as necessidades do mercado interno e as pressões do mercado externo, a geração da infra-estrutura e condições necessárias à expansão da agricultura e da agroindústria, sustentaram e orientaram, de forma geral, os rumos do novo padrão agrícola no período em tela.

As mudanças na estrutura do comércio exterior agrícola alteraram o enfoque que considerava o setor agrícola como simples provedor de divisas para o restante da economia e realçou o aspecto da ampliação das relações internacionais do setor agrícola. Uma estratégia geral do comércio exterior brasileiro após 1964, no que se refere às exportações, consistiu na implementação de medidas visando ao aumento do poder de competição dos produtos brasileiros e da lucratividade da atividade exportadora, paralelamente ao esforço de diversificação das exportações, em termos de produtos (procurando incentivar produtos de maior valor adicionado) e mercado.

O projeto de modernização e industrialização da agricultura brasileira, que integra todos os fatores acima mencionados, não incluiu como variável a reforma agrária; ao contrário, a terra converteu-se também em ativo financeiro, favorecendo a especulação e a elevação da concentração do uso e propriedade da terra. Esse processo foi tão intenso que gerou seu contrário o Movimento

dos Sem Terra, o principal movimento social da década de 90. A modernização em termos espaciais foi concentrada, mantendo as disparidades regionais existentes e reduzindo, entretanto, as desigualdades na forma de produzir da agricultura brasileira.

As transformações operadas na base técnica da agricultura através do uso de máquinas agrícolas (³) e insumos modernos afetaram as relações de trabalho aí existentes, avançando a proletarização no meio rural, resultando no crescimento do confronto capital-trabalho. Os colonos e camaradas residentes foram expulsos das fazendas e os trabalhadores temporários aumentaram significativamente, e são alternativa para resolver os problemas de utilização sazonal da mão-de-obra nas atividades agrícolas.⁽⁴⁾ Quase todos os ganhos de produtividade física, econômica e social gerados no setor agro-industrial são apropriados pelos empresários agrícolas, industriais e financeiros ligados ao processo de industrialização da agricultura, resultando benefícios relativamente reduzidos para a sociedade de uma maneira geral, como veremos abaixo.

O Estado atuou de forma efetiva na tentativa de regularização das relações trabalhistas no campo. Em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, estendeu os direitos trabalhistas urbanos aos trabalhadores rurais; em 1964, complementou esta extensão de direitos com o Estatuto da Terra e instituiu a previdência social e assistência médica rural, através do Funrural, em 1971, posteriormente integrada ao sistema INPS-INAMPS, embora com benefícios parciais. A legislação, ainda que sistematicamente desrespeitada pelos empresários capitalistas, permitiu juntamente com os outros fatores, acima e anteriormente mencionados, a conversão dos trabalhadores residentes em temporários, uma forma de proletarização precária.

A base técnica de produção se internacionalizou através de “pacotes industriais importados” para a agricultura, cuja produção foi internalizada (tratores, equipamentos, máquinas, insumos, etc.). Ao mesmo tempo, os “pacotes tecnológicos” para a produção agrícola introduziram novos tipos de sementes, tratamentos culturais e práticas agrícolas. As processadoras oligopsonicas e os grandes empresários agrícolas comandaram internamente essa nova fase da modernização da produção agrícola. Os mercados internacionais de commodities, o crédito agrícola seletivo, explicitam claramente o caminho a seguir e as formas de integração das cadeias produtivas aos complexos. O produtor em fase de transformação em empresário agrícola, quase totalmente urbano, está envolvido nas cadeias agro-industriais e tem seu poder de decisão bastante relativizado. As iniciativas capitalistas individuais, fundamentais no período anterior, são hoje bastante reduzidas, ou seja, para algumas mercadorias basta seguir o roteiro para a produção em cadeia, como por exemplo a engorda de frango, suínos, produção de laranja para suco, milho, etc.

Como efeitos dessas transformações o Estado de São Paulo apresentou um crescimento em quantidade e na qualidade populacional. Em 1940, eram 7,4 milhões de habitantes com maioria de habitantes rurais. Em 1970, eram 18,8 milhões de habitantes com 15,4 milhões urbanos e 3,4

³ A modernização, do ponto de vista técnico, pode ser considerada um exemplo dessa nova forma de tomar decisões pelos agricultores paulistas. A utilização de tratores cresceu, passando de 1410 unidades, em 1940, para 27176 unidades (com predominância dos tratores de até 50 cv) em 1960, provocando sensível mudança na relação área trabalhada por trator que foi reduzida de 3056 ha para 367 ha no período em exame. O número de arados de tração mecânica, que em 1940 era zero, (o Censo não contou esse tipo de arado separadamente) atinge 49217 unidades em 1960 e os veículos a tração mecânica chegam a 30419 unidades, contra 9883 em 1940. Em 1995, São Paulo contava com 170.573 tratores, 128.215 arados e 70.979 máquinas para plantio e colheita, para 91.346 estabelecimentos agrícolas informantes. Esse crescimento foi sustentado pela produção interna de tratores, implementos e veículos.

⁴ Na safra 1995/1996, a média mensal de trabalhadores temporários utilizados em São Paulo foi de 164.930 pessoas. Os trabalhadores efetivos na mesma safra somaram 914.954 pessoas para 218.016 estabelecimentos informantes, mais 438.660 familiares ou responsáveis sem remuneração, segundo dados censitários do FIBGE.

milhões rurais. As regiões de Campinas, com 2 milhões de habitantes, Ribeirão Preto, com 1,4 milhão e Sorocaba, 1,1 milhão se destacavam como as mais populosas do Estado. Do ponto de vista da estrutura produtiva (área cultivada, número de tratores e máquinas, veículos, técnicas e trabalhadores) e da quantidade da produção agropecuária as regiões de Campinas e Ribeirão Preto eram as mais importantes sendo as maiores produtoras de cana de açúcar, citros, milho, aves, leite, todos integrados em complexos.

Os efeitos dos complexos nos anos 80

A política econômica dos anos 80 foi uma sucessão de tentativas de ajuste da economia brasileira. O início desta década foi de recessão, desemprego e crescimento negativo, em decorrência de problemas externos e internos.

Apesar dos problemas de política econômica dos anos 80 a agricultura brasileira cresceu. A produção das lavouras cresceu em 3,56% ao ano, entre 1980/1989, a área 1,49% e a produtividade física 2,07%. Explicam esse desempenho a expressiva melhoria da produtividade, fruto do processo de modernização da década anterior, a política cambial incentivadora das exportações agrícolas como a soja, sucos e a formulação e implementação gradativas de nova política agrícola. Entretanto, no período, ocorreu o esgotamento do padrão de política que orientou o setor. O empresário agrícola enfrentou as mesmas condições e riscos do crédito em geral para financiar suas atividades.

Fruto das diversas mudanças ocorridas nos anos 80, o Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR, também sofreu alterações e turbulências, com restrições (política monetária contracionista, redução na entrada de recursos externos, aumento das aplicações a prazo) que limitavam a expansão do crédito via Banco do Brasil. Os problemas fiscais do Estado brasileiro impuseram uma queda de oferta de recursos oficiais. Houve a eliminação das taxas negativas de juros a partir de 1985 e nos anos posteriores criaram-se novas fontes de financiamento como a Caderneta de Poupança Rural, em 1987.

Com os problemas no crédito agrícola a Política de Garantia de Preços Mínimos -PGPM, permitiu a fixação de preços mínimos mais elevados e implicou a aquisição volumosa e financiamentos de produtos agrícolas, através das operações de Aquisição do Governo Federal - AGF e dos Empréstimos do Governo Federal - EGF. Como parte dessa política foram criados Fundos vinculados ao apoio e estímulo da produção agrícola como o FUNAGRI, FUNDAG, FNRI, etc. No começo da década de 90 foram introduzidas várias mudanças na PGPM permitindo que esta política atuasse mais voltada para o financiamento da comercialização.

A agricultura paulista apresentou um comportamento diferenciado em relação à agricultura nacional nos anos 80. Apesar de redução no ritmo de crescimento da área cultivada total, a produtividade física da grande maioria dos produtos aumentou, do mesmo modo a produtividade econômica cresceu beneficiando os complexos, tornando alguns mais competitivos e mais integrados ao movimento internacional de produtos. Já os ganhos relativos à produtividade social apresentaram alguns aspectos positivos e outros negativos. Podem ser considerados positivos a estabilidade de preços de alguns produtos agrícolas; a redução, entre 1970 e 1980, dos níveis de pobreza absoluta entre trabalhadores agrícolas (ver Hoffman, 1993). Os aspectos negativos, foram a redução de empregos; a desestabilização e enfraquecimento do movimento sindical; manutenção da concentração fundiária; aumento da desigualdade na distribuição de renda entre as pessoas economicamente ativas na agricultura, o índice de Gini, incluindo pessoas sem rendimento, cresceu de 0,512, em 1970, para 0,589, em 1980, e se manteve durante a década de 80. (ver Hoffman, 1993). Como consequência desses fatos o percentual de crianças com retardo severo de crescimento, um importante indicador da pobreza e desnutrição segundo Monteiro, C.A., (1994), entre 1980 e 1989, em São Paulo era de 5,6% para um índice considerado aceitável de 2 a 3%.

Os principais produtos da agroindústria paulista tiveram um expressivo aumento de sua área cultivada e da produtividade em geral, como é o caso da cana de açúcar, com o avanço do

Proálcool. Essa expansão teve a participação do governo estadual, no início dos anos 80, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que criou o Procana - Programa de Expansão da Canavicultura para Produção de Combustível do Estado de São Paulo. No final da década de 80 o Proálcool começou a ter problemas em função dos preços relativos da gasolina e álcool combustível e também porque os preços internacionais do açúcar tornaram mais lucrativas as exportações. No início dos anos 90, com o governo F. Collor, o setor passou por um processo de desregulação com a extinção do IAA, mas tais problemas não afetaram o parque produtor sucro álcooleiro paulista que continuou sua expansão chegando na safra de 1991/92 com pouco mais de dois milhões de hectares plantados e quase 155 milhões de toneladas de açúcar produzidas e sete bilhões de litros de álcool, mas a crise avança aceleradamente a partir de 1994.

A citricultura formou no interior paulista um importante complexo produtivo e cresceu estimulada por movimento ascendente de exportações de suco para os Estados Unidos, Europa e Ásia. Entre 1979/81 e 1989/91 a área cultivada com citros cresceu de 526 mil há para 737 mil há, com ganhos importantes na produtividade física e econômica, por exemplo, a integração nos transportes de suco, novas variedades de frutas, novas técnicas.

A cafeicultura paulista durante a década de 80, depois de um movimento de recuperação nos anos 70, voltou a reduzir fortemente sua atividade com eliminação de cafezais. Entre 1979/81 e 1989/91 foram destruídos ou substituídos por outras culturas quase 500 mil hectares de área cultivada e a produção de café não apresentou melhoria na produtividade física. A produção de milho no estado de São Paulo manteve sua força crescendo sua área cultivada no período e apresentando melhoria na produtividade física. A produção de soja apresentou certa estabilidade na sua área cultivada durante os anos 80, mesmo com redução da produtividade física e a forte concorrência da produção do Centro-Oeste e do Sul, que apresentaram melhores condições para produção.

O cultivo dos dois principais produtos alimentares, arroz e feijão, teve comportamento negativo durante os anos 80, ou seja, não houve crescimento significativo da área plantada do arroz e do feijão e no período 89/92 houve redução da área plantada. Esse problema também ocorreu com o cultivo desses produtos na agricultura brasileira. Como os ganhos de produtividade em geral não foram expressivos, os estoques dos produtos a disposição da população não evoluíram favoravelmente e o governo está sendo obrigado a importar. Resta ainda a destacar que excluídos o algodão, soja e a uva, todos os outros produtos apresentaram avanços na produtividade física. (ver tabela 1)

Nos anos oitenta os ganhos de produtividade física e econômica foram, geralmente, expressão do domínio da agroindústria sobre o processo agrícola. O desenvolvimento dos complexos agro-industriais favoreceram a localização adequada da produção agrícola; a padronização da produção; concentração e agilização das decisões econômicas sobre a produção, assistência técnica, crédito e vendas; facilitou o crédito para compra de equipamentos e insumos agrícolas; promoveu a pesquisa e sua difusão através de pacotes agrícolas; elevou a produtividade do trabalho agrícola e pressionou no sentido da tecnificação da produção agrícola.

O bom desempenho, durante as últimas décadas, das cadeias e complexos agro-industriais, com os fortes reflexos na vida urbana do interior do Estado, foram o complemento que fortaleceu ainda mais o que denominamos de *corredor agrícola* do Estado, (conceito que agrega as regiões (Diras) de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, onde se concentram as mais importantes cadeias agro-industriais de citros, cana de açúcar, aves, leite, soja, não só de São Paulo mas do Brasil.) Houve também o adensamento urbano e a tendência à formação de importantes conjuntos de municípios de médio para grande porte, para os quais é preciso olhar com maior preocupação do ponto de vista do planejamento urbano e regional. Está ocorrendo a formação de pólos regionais que centralizam não só as principais agroindústrias, mas também plantas industriais, setores de serviços do terciário, que multiplicam seu potencial de desenvolvimento, em detrimento dos municípios de seus arredores. É o caso das cidades de Campinas, Ribeirão Preto,

Araraquara, São Carlos, Franca, São José do Rio Preto. A intensidade desse processo pode ser vislumbrada quando se observa o movimento do crescimento das cidades da região Metropolitana e do interior. Em 1950, na região Metropolitana, apenas a capital e a cidade de Santo André tinham mais de cem mil habitantes. No interior do Estado apenas duas cidades, Santos e Campinas, ultrapassavam cem mil habitantes. Em 1960, a situação evoluiu rapidamente e na região da Capital, mais cinco cidades estavam com população acima de cem mil pessoas, enquanto no interior seis cidades já alcançavam esse número. Em 1980, o quadro se alterou novamente e com mais velocidade, pois na região Metropolitana, a capital e mais dez cidades contavam com mais de cem mil pessoas e no interior vinte e três atingiam esse total. O resultado preliminar do censo de 1995 mostrou a existência de 57 cidades com mais de cem mil habitantes sendo vinte na região Metropolitana e trinta e sete no interior, quase metade no *corredor agrícola paulista*. É preciso esclarecer que não estamos imputando, exclusivamente, às transformações da agricultura o crescimento populacional mencionado, fruto de alterações mais complexas na economia nacional, mas a responsabilidade principal está no desempenho favorável dos complexos agro-industriais do interior do Estado.

Outro fato importante que devemos considerar é que o movimento populacional urbano teve uma especificidade no interior do Estado, pois também se concentrou relativamente, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, onde estavam o maior número de cidades de mais de cem mil habitantes. O mesmo fato se repetiu em 95, de tal modo que 16 cidades com mais de cem mil habitantes estão nas duas regiões. Na maioria dessas trinta e sete cidades é possível identificar a integração e os efeitos das cadeias e complexos agro-industriais no setor urbano, ou seja, a expansão acelerada das cidades e sua economia urbana, bem como os problemas semelhantes aos da Metrópole, porém, em menor escala. Como consequência desse processo o Estado de São Paulo criou um exército industrial de reserva, hoje denominado de massa de excluídos, que passa fome e seus componentes são tratados como marginais tanto pelas políticas governamentais quanto pelos organismos de segurança. Nas estatísticas oficiais do governo no chamado mapa da fome do Brasil, publicado pelo IPEA, o Estado de São Paulo, com 30 milhões de habitantes, tinha em 1990 pouco mais de três milhões de indigentes que viviam com menos de meio salário mínimo.

Considerações finais - Até a metade do presente século a modernização da agricultura paulista se desenvolveu com base em grande quantidade de variáveis, dentre elas destacamos: a visão empresarial de parte dos grandes agricultores; a diversificação da produção agrícola comercial; o uso da ciência aplicada à agricultura; investimentos em meios de transportes modernos, principalmente a ferrovia e rodovia; a pressão dos agricultores para adoção de políticas de valorização e defesa da atividade agrícola; a rápida absorção pelos agricultores dos valores econômicos urbanos industriais e a criação de uma massa importante de oferta de mão-de-obra.

Estas variáveis permitiram que a agricultura paulista participasse ativamente do processo de crescimento capitalista internacional, o que repercutiu no desenvolvimento do interior do Estado de São Paulo, mas deixou rastro profundo de destruição ambiental, poluição por agrotóxicos, destruição dos rios e córregos e da fauna.

A partir dos anos 1960 a base produtiva continuou articulada à divisão internacional do trabalho ampliando e industrializando seu processo de produção agrícola, transformando-o em cadeias e complexos agro-industriais. As processadoras oligopsônicas comanda(ra)m internamente essa nova fase da modernização da produção agrícola. Os mercados internacionais de commodities, o crédito agrícola seletivo, explicitam claramente o caminho a seguir e as formas de integração das cadeias produtivas. O empresário agrícola, tornou-se um elo das cadeias agrícolas. A agricultura é, cada vez mais, considerada como parte do processo industrial de produção. Os grandes grupos empresariais criam e dominam as novas tecnologias e indicam as oportunidades de produção e investimento nas cadeias agrícolas, as quais tornam-se cada vez mais urbanas e mais internacionalizadas. A produção e a produtividade agrícola são cada vez mais definidas pelos pacotes tecnológicos, ou seja, uma combinação de terra, sementes, insumos modernos, tecnologia e

cada vez menos mão-de-obra e, conseqüentemente, menores benefícios para a população que participa da vida agro-industrial. Os ganhos de produtividade econômica e social são visíveis mas beneficiam parcela restrita da população. Em primeiro lugar os chamados benefícios do desenvolvimento como comunicação, transportes, água, luz, saneamento básico, são na realidade uma forma de socializar os seus custos de implantação (para expansão das empresas antes e agora para privatizá-los) e possibilitar a expansão do consumo de massa, favorecendo mais os setores produtivos do que a população que paga relativamente mais caro pela utilização desses serviços. Em segundo lugar, as estatísticas oficiais mostram os números crescentes de famílias no Estado de São Paulo que vivem na linha da indigência, (ganham até meio salário mínimo) e na linha da pobreza (ganham até um salário mínimo). Evidenciam também o alto número de pessoas analfabetas ou com primeiro grau incompleto; o número elevado de pessoas desempregadas ou sub-empregadas tanto na agroindústria como nos setores produtivos urbanos; o acesso à saúde e a educação ficam cada vez mais difíceis para as camadas de baixa renda. Enfim tivemos nas últimas décadas um processo de modernização e desenvolvimento do interior paulista, concretizado através do aumento da produtividade física, econômica e social, mas combinado com outro processo perverso – o crescente aumento de um exército industrial de reserva - com função importante no movimento de acumulação capitalista, mas que o censo comum trata como uma massa de excluídos que avoluma os problemas sociais em São Paulo e no Brasil.

Título - Agricultura paulista: do complexo cafeeiro aos complexos agro industriais

Autor - José Carlos Tartaglia - Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara Universidade Estadual Paulista - Unesp

Resumo

O presente artigo está baseado num trabalho de reconstituição histórico-econômica da atividade agrícola paulista. São analisados os principais elementos que, segundo nossa visão, explicam a evolução da agricultura paulista, tendo como referencial teórico sua transformação desde o complexo cafeeiro (1920 a 1960) até a formação e consolidação dos complexos agro-industriais (1960 a 1990).

Palavras – chave: agricultura, agroindústria, agricultura paulista, complexo agro-industrial.

Abstract

This paper analyses the historical development of the paulista agriculture from 1920 to 1990, based in the theory that try to explain the transformation of the coffee agriculture in the agroindustrial complex. This essay gives a synthetic view of the changes operated in the production and social process of the paulista agriculture, and its urban effects.

Bibliografia

1. Albuquerque, R.H.P.L. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1983
2. Albuquerque, R.H.P.L. e outros. **O setor público de pesquisa agrícola no estado de São Paulo.** Convênio Proagro/Unicamp. Campinas, 1985, mimeo
3. Cano, W. **Desequilíbrios regionais, e Concentração industrial no Brasil, 1930-70,** SP, Global, Campinas, Ed. Unicamp, 1985
4. Cano, W., **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo,** S.P., Difel, 1977, 1a ed.
5. Castro, Ana C., **Ciência e Tecnologia para a Agricultura: uma Análise dos Planos de Desenvolvimento.** Brasília: Cadernos de Difusão de Tecnologia, 1 (3): 309-344, set/dez 1984, Brasília, Embrapa.
6. Censos Agropecuários da Fundação IBGE, vários anos

7. Delfim Netto, A. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1966;
8. Delgado, G.C., **Capital financeiro e agricultura no Brasil**, São Paulo: Ed. Ícone, 1985, p. 21.
9. Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, **Estatísticas Agrícolas e Agropecuárias**, vários anos
10. Furtado, C. **Formação Econômica do Brasil**. 11a. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971, 248 p.
11. Gnaccarini, J.C. **Latifúndio e Proletariado**. São Paulo: Ed. Polis, 1980.
12. Gnaccarini, J. C. **Estado, ideologia e ação empresarial na agro-indústria açucareira do estado de São Paulo**. São Paulo, USP, 1972, Tese de doutorado, Fac. Filosofia Ciências e Letras;
13. Graziano da Silva, J.F. **O progresso técnico e as relações de trabalho na agricultura**, SP, Hucitec, 1981;
14. Guedes Pinto, L.C., **Notas sobre a política de crédito rural**, São Paulo: Convênio Fundap/Unicamp/IFCH/Ford Foundation Grant, 1979, mimeo;
15. Hoffmann, R. **Distribuição de Renda e Pobreza na Agricultura Paulista**, in São Paulo em Perspectiva, jul/set. 1993, vol.7, n.3, SP, Seade, pg 107/115
16. Instituto Brasileiro do Café. **Ensaio sobre o Café e Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, 1973.
17. Kageyama, A., **Modernização, produtividade e emprego na agricultura - uma análise regional, Campinas, Unicamp, tese de doutoramento, IE/Unicamp, 1986, mimeo**, p. 170.
18. Martin, N. e outros, **Análise do Programa Nacional do Alcool e suas implicações para o setor agrícola paulista**, São Paulo: IEA, Relatório de Pesquisa, 1980, p. 12.
19. Martinez, B.M., **A política agrícola brasileira**, in Políticas Agrícolas e o Comércio mundial, org. Fagundes M.H., Brasília, Ipea, 1994.
20. Monbeig, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec e Polis, 1984, 392 p.;
21. Monteiro, C.A, **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**, mimeo, 1994, SP,
22. Mueller, C.C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. IPEA/PNPE 9, p. 203, 309/313.
23. Muller, G., **A dinâmica da agricultura Paulista**, São Paulo: SEADE, 1985, p. 75.
24. Reydon, B. e outros. **A modernização da Agricultura e as alterações nas relações de trabalho**. Convênio Unicamp/IFCH/Finep, Campinas, 1982, mimeo.
25. Saes, F.A.M. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. S.P. Hucitec, 1986
26. Szmrecsanyi, T. **O planejamento da agro-indústria canavieira do Brasil**. São Paulo: ed. Hucitec, 1979;